



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Flávio Bolsonaro ataca Lula ao defender conversa com Vorcaro para financiar filme sobre o pai

Moara Semeghini/Correio da Manhã

O senador Flávio Bolsonaro (PL) decidiu partir para a ofensiva contra o presidente Lula ao defender a conversa que teve com o banqueiro Daniel Vorcaro para discutir o financiamento de um filme sobre Jair Bolsonaro. Durante evento com aliados em Campinas, Flávio expôs a estratégia de contra-ataque que passará a adotar quando adversários citarem os diálogos que manteve com o dono do Banco Master.

Em vídeo registrado pela repórter Moara Semeghini, do **Correio da Manhã**, Flávio sustentou que não houve irregularidade nas conversas e estocou Lula:

“Bolsonaro merece ou não merece um filme? E a gente vai fazer. E busca recursos privados. Tudo certo, direitinho, dentro da lei. É óbvio que lá atrás a gente não imaginava que o investidor chegaria a um



Flávio durante o evento

momento como está hoje. Lá atrás ninguém no mundo podia imaginar”.

“Tem filme que, para fazer propaganda para os outros, toma dinheiro dos impostos do trabalhador. Esse dinheiro pú-

blico é usado pra fazer peça e propaganda política para o atual presidente da República. A gente não tem Lei Rouanet. Eu não posso bater na porta da Embratur, do Marcelo Freixo, do PSOL, e pedir dinheiro público pra fazer um desfile de escola de samba que é uma propaganda política antecipada do Lula”, disse Flávio Bolsonaro, referindo-se ao samba enredo da Acadêmicos

de Niterói este ano.

Na fala, o parlamentar sugeriu que a reação negativa às conversas com Vorcaro teria motivação política e seria uma tentativa de atingi-lo por se colocar no caminho do PT.

Aldo Rebelo aciona Justiça após DC decidir lançar Joaquim Barbosa à Presidência

Pedro França/ Agência Senado



Aldo Rebelo

Aldo Rebelo decidiu acionar a Justiça após ser preterido dentro de seu próprio partido, o Democracia Cristã (DC), em favor do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa para a disputa à Presidência da República.

A articulação para colocar Barbosa na disputa ao Planalto é encabeçada pelo presidente nacional do DC, João Caldas, que se posicionou abertamente a favor da candidatura do ex-magistrado. Rebelo, que vinha construindo sua pré-candidatura com o aval inicial de lideranças da sigla, não escondeu a indignação com a mudança de rumos, garantindo que vai brigar nos tribunais pelo direito de ter seu nome avaliado pela base.

Para ele, a manobra da Executiva fere os direitos de um membro da legenda: “Haverá uma judicialização. Porque é direito de todo filiado submeter seu nome para ser candidato. E submeter à convenção o nome desse candidato”.

Rebelo afirmou que sua postulação não era um projeto isolado, mas um compromisso firmado publicamente com as próprias diretrizes da sigla, lamentando o desgaste que a disputa jurídica trará para a legenda.

“Vou fazer isso com a prerrogativa de quem recebeu um convite, teve a pré-candidatura lançada com

a presença do presidente nacional do partido e de outros dirigentes. É claro que a judicialização não é algo desejável. Ela gera desgaste no partido, para o presidente do partido e para o convidado a assumir”, disse.

O ponto mais ácido da reação de Rebelo foi direcionado ao mistério que envolveu a entrada de Joaquim Barbosa nas fileiras do Democracia Cristã. O ex-deputado ironizou o tom de “segredo de Estado” adotado pela legenda e pelo ex-ministro do STF.

“E ninguém até hoje sabe se ele se filiou, porque parece que foi um processo secreto numa eleição que será pública, numa campanha que será pública. Ninguém sabe nem onde essa criatura se filiou”, disparou.

José Velloso*

Redução de jornada ignora a realidade industrial

O debate sobre o fim da escala 6 x 1 e a redução da jornada máxima semanal ganhou força no Congresso Nacional. Trata-se de um debate legítimo, mas incompleto. Embora a pauta tenha apelo social, a análise dos impactos na economia real exige olhar para os números. O principal desafio apresentado é manter o volume de produção e a viabilidade financeira das indústrias, uma vez que na indústria o tempo de máquina operando define o custo do produto. Se a jornada diminui, a empresa tem apenas duas saídas matemáticas — e ambas elevam o custo final, se constituindo em duas rotas de impacto.

Se tomarmos como base de cálculo que uma empresa hipotética leva 44 horas para a produção de 100 peças, uma das opções seria considerar a manutenção da equipe, reduzindo horas trabalhadas, com uma queda proporcional na produção. Com redução de 18% de tempo vamos ter uma redução de 18% de peças, mas o custo fixo se mantém. A outra rota de impacto seria manter a produção, contratando mais pessoas,

com a criação de novos turnos de revezamento, o que representa um aumento direto na folha de pagamento e encargos. Enquanto na primeira opção o resultado é um aumento no custo unitário de cada peça, na segunda é um aumento no custo operacional como um todo.

O fato é que na indústria, menos horas trabalhadas, sem aumento de eficiência significa, obrigatoriamente, repasse de custos ou perda de margem. Menos horas sem ganho de eficiência, é igual a aumento de custo e perda de competitividade. Reduzir horas de trabalho sem equilibrar a produtividade gera um déficit imediato na operação.

Temos que considerar ainda a ilusão da comparação internacional. Defensores da redução citam países desenvolvidos como exemplo de sucesso. Mas essa comparação ignora a métrica mais importante da economia: a Produtividade por Hora Trabalhada. Além disso, há de se considerar nessa conta o peso do Custo Brasil que exerce uma pressão invisível sobre a margem, o que dificulta a competitividade antes mesmo da máqui-

na ser ligada. Se produzir no Brasil custa cerca de 26% a mais do que em outros países, adicionar o custo de uma redução de jornada abrupta pode comprometer a sustentabilidade financeira de uma operação. A indústria brasileira não compete apenas com o mercado externo; ela compete contra o próprio ambiente de negócios do país.

Acreditamos na melhoria contínua das condições de trabalho. Mas, na matemática industrial, a ordem dos fatores altera o produto. A redução da jornada deve ser a consequência do desenvolvimento, não a causa. Precisamos de melhorar a taxa de investimento no País.

O caminho passa necessariamente pela Educação e Qualificação dos trabalhadores, com um processo intensivo de formação de mão de obra técnica capaz de operar a Indústria 4.0. Passa ainda pela modernização do Parque Fabril, que requer linhas de crédito acessíveis (como o financiamento de bens de capital) para renovar máquinas. Necessário ainda reformas estruturais que permitam à indústria respirar e investir, resultando

necessariamente na redução do Custo Brasil.

O resultado dessa implantação será um aumento real de produtividade, a única base segura para discutir jornadas menores. A indústria de máquinas defende a manutenção das atuais 44 horas semanais como um teto flexível e o fortalecimento da negociação individual e/ou coletiva como o caminho para a modernização das relações de trabalho, permitindo que empresas e trabalhadores construam soluções customizadas e flexíveis.

Em vez de focar apenas na jornada, podemos pensar no desenvolvimento de pilares estruturais, uma vez que a evolução das condições de trabalho deve ser fruto de negociação e diálogo, nunca de uma imposição que coloque em risco a sobrevivência de quem produz e emprega no Brasil.

***José Velloso é engenheiro mecânico, administrador de empresas e presidente executivo da ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).**